

A TERRITORIALIZAÇÃO CAFEIEIRA NA REGIÃO IMEDIATA DE ALFENAS-MG: A DINÂMICA DAS CIDADES PEQUENAS¹

COFFEE TERRITORIALIZATION IN THE IMMEDIATE REGION OF ALFENAS-MG:
THE DYNAMICS OF SMALL CITIES

TERRITORIALIZACIÓN CAFETERA EN LA REGIÓN INMEDIATA DE ALFENAS-MG:
LA DINÁMICA DE LAS CIUDADES PEQUEÑAS

Guilherme Guiari Silva Correia²

Mariana Romanzini Freire³

Flamarion Dutra Alves⁴

Resumo: Este artigo tem o intuito de analisar a territorialização cafeeira na Região Imediata de Alfenas – MG (RGI). As mudanças socioeconômicas resultado do processo de mundialização da agricultura refletem nos espaços e nos territórios social e historicamente construídos. As cidades, espaços de excelência das relações humanas, assim como o campo, se (re)estruturam constantemente em um processo de continuidade histórica influenciados, nos tempos hodiernos, pelos interesses do capital. Desta forma, o presente trabalho busca-se entender como o agronegócio produtor de commodities pode afetar a dinâmica das cidades pequenas que compõem RGI de Alfenas. Para isso consideraremos como o café vêm se territorializando entre 1988 a 2020 nas pequenas cidades da região. Será realizada uma pesquisa quali-quantitativa, faz-se um levantamento bibliográfico sobre territorialização, mundialização da agricultura e agronegócio, além de uma análise de dados, utilizando a plataforma Sidra - IBGE, a fim de se obter o entendimento da dinâmica cafeeira nos últimos 30 anos no contexto regional.

Palavras-chave: Especialização produtiva; Cidades pequenas; Cidades do Agronegócio.

Abstract: This article aims to analyze the coffee territorialization in the Immediate Region of Alfenas - MG (RGI). Socioeconomic changes resulted from the process of globalization of social agriculture and in historically constructed spaces and territories. Cities, spaces of

¹ Este artigo se constitui a partir da parceria entre a Revista Geofronter e Sinapeq (Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades), edição 2022, que ocorreu em Campo Grande-MS, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

² Graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas – MG. Bolsista PIBIC CNPq. Integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais – GERES/UNIFAL-MG - Alfenas. E-mail: guilherme.correia@sou.unifal-mg.edu.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/2889414204183255>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-2425-4481>.

³ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – MG. Bolsista FUNDEP. Integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais – GERES/UNIFAL-MG. E-mail: mariana.freire@sou.unifal-mg.edu.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/8127670654451514>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0144-5506>.

⁴ Doutor em Geografia. Professor dos Programas de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas – MG e Universidade Federal de São João Del-Rei. E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6225236168509461>. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-0318-7301>

excellence in human relations, as well as the countryside, are continually (re)structured in a process of historical continuity sustained, in modern times, by the interests of capital. In this way, we seek to understand GI of Alfenas. For this, we are considering how coffee has been territorialized between 1988 and 2020 in small towns in the region. A qualitative-quantitative research was carried out, a bibliographic survey was carried out on territorialization, globalization of agriculture and agribusiness, as well as data analysis, using the Sidra - IBGE platform, in order to obtain an understanding of the coffee dynamics in the last 30 years. years in the regional context.

Keywords: Productive specialization; Small towns; Agribusiness Cities.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la territorialización del café en la Región Inmediata de Alfenas - MG (RGI). Los cambios socioeconómicos resultantes del proceso de globalización de la agricultura reflejan nuestros espacios y territorios social e históricamente construidos. Las ciudades, espacio por excelencia de las relaciones humanas, así como el campo, se (re)estructuran constantemente en un proceso de continuidad con la influencia histórica, en la modernidad, de los intereses del capital. De esta manera, la búsqueda, escuchar cómo la agroindustria productora de commodities puede presentar cómo puede presentar la agroindustria de los pueblos pequeños que puede solucionar la RGI de Alfenas. Para ello, estamos considerando cómo se ha territorializado el café entre 1988 y 2020 en pequeños pueblos de la región. Se realizó una investigación cualitativa-cuantitativa, se realizó un levantamiento bibliográfico sobre territorialización, globalización de la agricultura y los agronegocios, así como un análisis de datos, utilizando la plataforma Sidra - IBGE, con el fin de obtener una comprensión de la plantación de café en el últimos 30 años sin contexto regional.

Palabras clave: Especialización productiva; Pueblos pequeños; Ciudades Agroindustriales.

Introdução

A mundialização das relações econômicas, políticas, sociais e mesmo culturais são resultado do crescente – porém desigual – avanço tecnológico que, conseqüentemente, aumenta a velocidade das trocas comerciais e de comunicação dos seres humanos. Dentre as diversas problemáticas envolvidas nesse processo, a agricultura merece um destaque pontual. Esse avanço de comunicação e transportes propiciou um ambiente favorável para a disseminação de uma produção agropecuária ditada pelos interesses do capital que, cada vez mais, deixa de produzir para subsistência e para manter uma soberania alimentar e passa a plantar com intenções mercadológicas e elitistas através da expansão do capitalismo.

A mundialização da agricultura aproxima lugares, em redes técnicas, forçando a especialização produtiva e incorporação de uma lógica global no território (OLIVEIRA, 2016). É ingênuo pensar o espaço rural como contrário ao urbano. O campo e a cidade, em uma relação dialética, se complementam como espaço de singular característica e de reprodução das relações humanas, necessárias para a manutenção da vida. Pensar o campo, então, é pensar em sua relação com o espaço totalizado que necessariamente envolve o urbano. Com o avanço do agronegócio, o campo necessita especializar-se, porquanto, necessita que as cidades também o

façam para suprir as necessidades do campo produtor, seja no âmbito de pesquisas, equipamentos agrícolas, lojas de insumos e agrotóxicos, cooperativas ou bancos de crédito rural, são as chamadas cidades do agronegócio.

Desta forma, o estudo sobre a questão cafeeira engloba diversos outros temas, que se complementam em uma relação urbano-rural, mercadológica, social, cultural e que envolve diversas dinâmicas demográficas e mudanças nas estruturas espaciais. A agricultura familiar, inclusa na cadeia agroprodutiva, merece destaque dentro da análise por sua fragilidade perante o mercado nacional e externo.

Assim sendo, tem-se o objetivo de compreender como a territorialização da cafeicultura na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais, entre 1988 a 2020 e ainda, analisar como essas produções alteram as dinâmicas rural-urbana dos municípios pequenos da região, e interpretar as relações do campo, visando entender também como isso contribui para a formação de cidades do agronegócio.

Dinâmica do agronegócio e a especialização das pequenas cidades

A modernização da agricultura, resultado, em grande parte da globalização, além dos aspectos que serão citados ao longo do texto, reestruturou o papel das cidades e do campo, da mesma forma que foi reestruturado por eles no que diz respeito à produção, fluxo de bens e informação, fluxos econômicos e populacionais. O circuito espacial produtivo (SANTOS, 1986) atual depende de uma interconexão entre campo e cidade sem precedentes na história. O campo, então, torna-se dependente da cidade assim como o contrário o é.

Tal modelo tem provocado drásticas transformações nos modos de vida e nas práticas sociais no campo, reforçando, reinventando e até intensificando heranças socioespaciais reprodutoras de desigualdades, que há muito deveriam ter sido superadas, como a estrutura fundiária altamente concentrada, a expropriação e a expulsão de pequenos agricultores, o controle oligopolizado de recursos básicos como a água, o desrespeito ao meio ambiente e aos modos de vida ancestrais, a segregação urbana e a precarização do trabalho. (CASTILLO, et al. 2016, p. 281)

Existem diversos aspectos onde a modernização da agricultura, adjunta do avanço tecnológico das últimas décadas, que aumentaram os fluxos de informação e a velocidade dos transportes, chamado por alguns de mundialização ou globalização, essas mudanças alteram as dinâmicas do campo e das cidades. A concentração fundiária, o aumento das desigualdades de acesso à tecnologias e a própria terra, a migração de camponeses para as cidades aumentando o contingente urbano para além de seu limite de infraestrutura, os danos severos ao meio

ambiente e o aumento da competitividade são exemplos das consequências da mundialização da agricultura e de uma cultura no campo cada vez mais tecnológica.

O chamado agronegócio, ou agrobusiness, detentor de capital e de auxílios e financiamentos para sua expansão tem como uma de suas características o uso intensivo da terra através de monoculturas, principalmente voltadas para as commodities e para o mercado externo. O aumento da competitividade que segrega o campo e como veremos, altera as dinâmicas das cidades, deve-se, muito, ao avanço dos fluxos de mercadorias, dado a facilidade de adquirir recursos de outras partes do território, da região ou do mundo. Isso, por um lado, diminuiu a necessidade de plantar para subsistência, mas por outro, e consequência disso, encareceu o preço dos alimentos essenciais ao ser humano. Desta forma corrobora Santos (1988). Ele também introduz um importante conceito que será discutido mais adiante, o de especialização.

Com a difusão dos transportes e das comunicações cria-se a possibilidade da especialização produtiva. Regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta, aquilo de que necessitam. (SANTOS, 1988, s/p)

Um importante conceito para discutirmos das dinâmicas sociais e mercadológicas do Sul de Minas é o de agronegócio, que se traduz por uma atividade econômica, financeiramente rentável para o Brasil e para o mercado internacional, envolvendo grandes empresas multinacionais, grande apoio estatal, principalmente vinculado ao crédito, conglomerados, além das iniciativas privadas visando controlar o mercado das cooperativas (ALVES, 2019, OLIVEIRA, 2007, 2016). É comum que o conceito de agronegócio seja muitas vezes pautado como um sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assegurando resultados positivos na economia nacional (SOUZA, 2019).

Assim, o conceito de agronegócio persiste sendo comumente evocado como sendo sinônimo de eficiência produtiva no campo brasileiro, assenhorando-se de toda a produção agropecuária, propalando ser capaz de assegurar os resultados positivos da economia nacional, apresentando tais resultados como justificativa para os volumosos aportes creditícios que lhe são outorgados, bem como para a manutenção do latifúndio improdutivo, o que acaba estrategicamente postergando continuamente qualquer iniciativa de Reforma Agrária no Brasil. (SOUZA, 2019, p. 51, 52)

Porém, isso mascara o caráter predador e excludente do agronegócio brasileiro que muitas vezes expulsa da terra e dos mercados outros produtores e residentes rurais que se

tornam incapazes de permanecer ou competir pelo acesso à terra. Outra questão que é muitas vezes relevada, diz respeito as contradições desta atividade pois envolve o uso demasiado de agrotóxicos, exploração dos trabalhadores, que em muitos casos estão em situação análoga à escravidão, degradação do meio ambiente, empobrecimento do trabalhador rural, além da monopolização do mercado e intensificação dos conflitos no campo (ALVES, 2019).

Dentro do campo, os atores sociais mais atingidos são os agricultores familiares, que são expulsos de suas terras ou são, muitas vezes, obrigados à submissão dos mercados agroexportadores pelas cooperativas ou grandes multinacionais para se manterem na competição mercadológica, ou ainda, conforme Souza (2021, p.43) a “racionalidade do mundo agrícola, a convivência da perversidade das ações do agronegócio com a modificação radical da estrutura agrária, as expulsões da população rural, das populações originárias, dos quilombolas etc”.

Desta forma, dos poucos, levando em consideração a quantidade de terras em suas mãos ou muitos comparados a quantidade de produtores, ou produzem o suficiente para sua subsistência sobrando pouco, ou quase nada para comercialização ou entram neste mercado de commodities submissos à variação de preços pelo mercado externo e pelo controle do mercado pelas multinacionais e cooperativas. Ademais, muitos tornam-se reféns, também, dos financiamentos estatais e dos grandes bancos privados que visam uma expansão do agronegócio (ALVES, 2021).

As regiões produtivas do agronegócio estão sempre procurando ampliar seus níveis de competitividade, já que disso depende sua existência. Essa busca permanente é também a marca da sua instabilidade e da vulnerabilidade dos municípios (e suas populações) às oscilações dos preços das commodities nos mercados internacionais e às decisões de grandes empresas do agronegócio que, por definição, não têm nenhum compromisso e responsabilidade com os lugares da produção (Castillo, 2008a; 2008b; Castillo & Frederico, 2010a). É assim porque o motor da competitividade é a competição na escala internacional. (CASTILLO, et al. 2016, p. 271)

Esta afirmativa juntamente com a afirmação de Santos (1988), nos levam diretamente à especialização do campo e da cidade. Em um mercado globalizado, interconectado através de redes e fluxos mundiais de comunicação e troca onde cada vez menos é valorada, ou mesmo necessária, a produção para subsistência, o campo se especializa, da mesma forma que a cidade o faz. Esta especialização produtiva, diretamente relacionada à competitividade do mercado, pode ser vista claramente no campo brasileiro. No campo através das grandes monoculturas.

Neste trabalho as lavouras de café. Na cidade há um contingente de fixos e uma quantidade de fluxos especializados e voltados ao campo, um poder técnico e até mesmo científico na cidade voltado ao campo.

A diferenciação dos espaços regionais é uma característica da economia globalizada, onde regiões se especializam em produtos e funções, o crédito é aplicado de forma desigual e concentrado, as redes técnicas e de circulação selecionam lugares mais vantajosos e competitivos (ALVES, 2021, p. 131).

A modernização dos espaços agrários não reorganiza apenas o campo, mas também exige que a cidade refuncionalize-se através da instalação de fixos necessários para todo o circuito espacial produtivo. (FREDERICO, 2011; SANTOS, 1986).

Dentre os serviços ofertados pelas cidades ao campo moderno destacam-se: a revenda de insumos químicos, mecânicos e biológicos; a prestação de consultorias agrônômicas, logística, financeira e de mercado; o beneficiamento e processamento agroindustrial dos grãos; o armazenamento e transporte de insumos e produtos agrícolas; o fornecimento do crédito de investimento e custeio (via bancos e empresas privadas); e a comercialização dos grãos (via corretores e tradings). (FREDERICO, 2011, p. 9).

A cidade torna-se, então, o principal lócus de produção para o campo já que é aí que se concentram “os principais serviços, produtos e agentes (trabalhadores agrícolas, produtores, consultores, empresas, bancos) necessários à produção.” (FREDERICO, 2011, p. 7-8). Esta internacionalização do capital no caso agropecuário, além de tudo tem movido uma rede de fixos e fluxos “que envolve corporações multinacionais, cooperativas, instituições de pesquisa, setores de logística, instituições bancárias e financeiras entre outros atores.” (ALVES, 2021, p. 131).

Muitas discussões acerca destes problemas agrários foram pautadas a partir das grandes e médias cidades nas últimas décadas. O crescimento desenfreado de certos centros urbanos devido ao êxodo rural é um exemplo da preocupação de muitos pesquisadores de décadas anteriores. Mas como aponta Castillo (2016); Santos (1988); Lemos e Alves (2021); Alves e Lindner (2020) e Alves (2021), assim como diversos outros autores que estão alhures nesta obra, as cidades pequenas sofreram tantas mudanças quanto às grandes e médias, assim como muitas se reestruturaram e se tornaram cidades do agronegócio (ELIAS, 2007) ou cidades rurais (ALVES, 2021).

A dinâmica agropecuária tem reverberações importantes no comércio, serviços e agroindústria regional, o emprego na cidade é condicionado em parte, a atividades derivadas do espaço rural, integrando campo e cidade.

Proporcionando a essas cidades pequenas, serem consideradas cidades rurais, do agronegócio ou cidades do café. (ALVES, 2021, p. 134).

Estas cidades do agronegócio são reflexos da especialização produtiva e podem ser entendidas como aquelas em que as funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções” (FREDERICO, 2011, p. 8). Dada esta especificidade técnica e produtiva estas cidades tendem a ser mais submissas às variações do mercado externo dada esta dependência de um único setor produtivo, setor este que depende de agentes externos e foge do controle local ou regional (CASTILLO, et al. 2016, p. 268).

As pequenas cidades podem ser as mais afetadas neste processo econômico e produtivo, uma vez que sua produção, geração de empregos e renda, políticas públicas e influência no mercado dependem exclusivamente desta commoditização do campo (ALVES, 2021). Quaisquer mudanças no mercado mundial ou queda brusca no preço destas commodities podem estagnar ou até mesmo causar o desaparecimento destas cidades, afetando, principalmente os moradores com baixa renda e os agricultores familiares que se submeteram ao agronegócio.

Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área. Esse processo pode conduzir à estagnação ou mesmo ao desaparecimento das cidades pequenas. (SANTOS, 1988, s/p)

O Sul de Minas Gerais é uma região geográfica caracterizada majoritariamente por pequenas e médias cidades, com ausência de grandes cidades. A produção agropecuária possui grande importância econômica de grande parte destes municípios e, neste cenário, a cafeicultura merece destaque como objeto de análise, pois nesta região se produz 25% do total nacional. Devido a produção desta commodity há inúmeras agroindústrias rurais distribuídas pela região demandando uma especialização do campo e da cidade em favor da produção de café. Na medida em que o campo se especializa aumentam as demandas por produtos e serviços necessários para a manutenção do campo produtor. A criação de cooperativas, bancos e créditos voltados ao agronegócio, a demanda por técnicos agrícolas e agrônomos, lojas de insumos e fertilizantes, comercialização de maquinário agrícola e centros de pesquisa voltados ao campo produtor são exemplos de bens e serviços necessários para sustentar um campo especializado. Essa produção cafeeira voltada para exportação de commodities tem, sem dúvida, grande importância na geração de renda da região, do estado e do país em geral. Conquanto, essa realidade sul mineira, assim como de várias regiões brasileiras, demanda uma relação

contraditória no que diz respeito à colaboração e competição entre os produtores e cooperativas. Buscando sua inserção no mercado, o agricultor familiar e o médio produtor cada vez mais procuram incluir-se nesta relação contraditória trocando a produção de alimentos essenciais para o ser humano, e para o mercado nacional interno, pela monocultura de café e mais recentemente a de soja.

Esta questão merece alguns destaques pontuais. Diferente do grande produtor, o agricultor familiar, normalmente, não detém um capital abundante. Pelo contrário, muitas vezes utilizam créditos rurais para plantar o café e empregam boa parte do lucro da produção ao pagamento destas dívidas financeiras. Por consequência, estes produtores tornam-se frágeis diante a um imprevisto mercadológico, visto que o preço destes produtos é ditado pela bolsa de valores e pelo dólar. O clima também pode dificultar a produção destes agricultores familiares, como aconteceu no ano de 2021, com as fortes geadas que comprometeram grande parte das lavouras de café da região.

O meio ambiente também sofre as grandes consequências causadas pelo agronegócio da forma que é hoje. Como já muito discutido nas últimas décadas pós Segunda Guerra Mundial e Revolução Verde, as monoculturas são extremamente degradantes para a biodiversidade e para o solo. Ademais, demanda, muitas vezes, o uso intensivo de agrotóxicos para evitar qualquer possível perda de lucro da produção. Não se planta mais, nestes casos, para alimentar e sustentar a saúde humana e a soberania alimentar, mas sim para inserir-se neste mercado capital que vem se construindo e consolidando nas últimas décadas.

Por esta ótica, as cidades sofrem mudanças estruturais, econômicas e sociais tanto quanto os agricultores familiares inseridos à agroindústria. Esta integração entre campo especializado e cidade pressupõe a oportunidade de caracterizar as cidades pequenas como “cidades rurais, do agronegócio ou cidades do café” (ALVES, 2021, p.134). Como mencionado, há uma relação dialética entre campo produtor e as cidades à sua volta. O campo especializa-se para a exportação, abastecimento das cidades e aumento do PIB, assim como as cidades especializam-se para atender as necessidades deste campo. As pequenas e médias cidades são as mais afetadas por estas mudanças. Estas dinâmicas podem tanto transformar uma cidade, até então, estagnada economicamente em um centro comercial e econômico quanto, até mesmo, diminuir a importância de algumas cidades em detrimento das outras, principalmente quando nos referimos às pequenas cidades.

Se há uma cidade em que os serviços e bens são voltados ao agronegócio, esta tenderá a ter um fluxo de bens e informações “privilegiado”, aumentando sua importância para o

mercado agropecuário e chamando a atenção de grandes e pequenos produtores. Em uma relação antagônica o mesmo vale para as cidades que não possuem esta especialização. Mesmo que haja uma grande produção em seu entorno os remanescentes econômicos desta vão girar a economia de uma outra localidade em oposição ao interesse da produção. A cidade então pode-se tornar o principal lócus da produção, visto que é nela que estão os principais serviços (bancos, empresas, cooperativas, etc.), produtos (insumos, fertilizantes, maquinário agrícola, etc.) e agentes (agrônomos, trabalhadores agrícolas, consultores, etc.) (FREDERICO, 2011, p. 7-8).

Cafeicultura e cidades pequenas na região imediata de Alfenas-MG

A presente pesquisa visa, a partir do recorte espacial da Região Imediata de Alfenas, composta por 13 municípios e definida pelo IBGE (tabela 1), analisar as pequenas cidades da região e sua relação com a cafeicultura, com principal enfoque no papel dos agricultores familiares dentro do complexo agroindustrial da produção desta commodity. Esta região, segundo Alves e Lindner (2020) é responsável por mais de 32% da produção nacional de café do tipo arábica. Aliás, a maioria dos municípios desta região podem ser caracterizados como pequenos, tanto levando em consideração sua dimensão demográfica como as dinâmicas presentes neles.

Tabela 1 - População dos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2010).

Município	População Urbana	Porcentagem Pop. Urbana%	População Rural	Porcentagem Pop. Rural %	População Total
Alfenas	69.176	93,77	4.598	6,23	73.774
Alterosa	10.002	72,92	3.715	27,08	13.717
Areado	11.525	83,93	2.206	16,07	13.731
Campo do Meio	10.059	87,65	1.417	12,35	11.476
Campos Gerais	19.156	69,41	8.444	30,59	27.600
Carvalhópolis	2.459	73,6	882	26,4	3.341
Conceição da Aparecida	6.199	63,13	3.621	36,87	9.820
Divisa Nova	4.659	80,84	1.104	19,16	5.763
Fama	1.515	64,47	835	35,53	2.350
Machado	32.068	82,89	6.620	17,11	38.688
Paraguaçu	16.679	82,39	3.566	17,61	20.245
Poço Fundo	9.281	58,16	6.678	41,84	15.959
Serrania	6.576	87,19	966	12,81	7.542
TOTAL	199.354	81,7%	44.652	18,3%	244.006

Fonte: Censo Demográfico IBGE (2010).

Conforme a tabela 1, Alfenas é o maior município em termos populacionais e é a cidade que polariza grande parte dos serviços, comércio e setores ligados ao agronegócio cafeeiro. Apenas outros 3 municípios têm mais de 20 mil habitantes, 4 entre 10 e 20 mil habitantes e 5 municípios com menos de 10 mil habitantes. Configura-se assim uma rede urbana regional não-metropolitana e de pequenas e médias cidades.

Essas pequenas cidades tem uma dinâmica econômica ligada a agropecuária, onde a cafeicultura comanda a especialização produtiva. Mas diferente de outras cidades do agronegócio, onde médias e grandes propriedades dominam a estrutura fundiária municipal e regional, na Região de Alfenas a agricultura familiar ainda representa parte significativa do território.

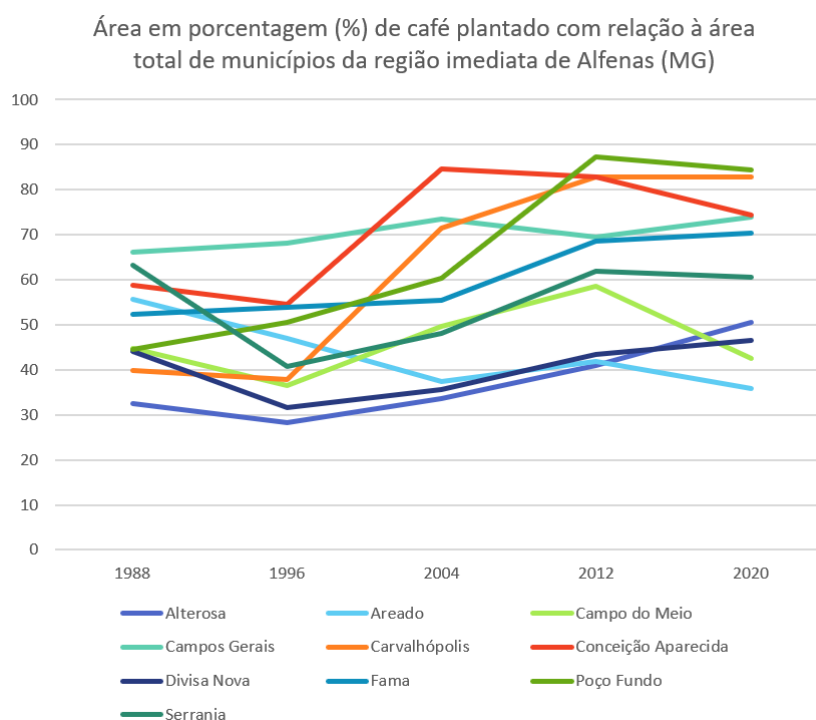
A partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, havia na região 1.193 estabelecimentos agropecuários com agroindústria rural, destes 862 eram provenientes de agricultores familiares correspondendo a 72,25% de todos os estabelecimentos. Porém, a renda total advinda destas produções foi, no mesmo ano, de 1.525.349 (mil reais) e destes apenas 524.475 (mil reais), ou seja 34%, são derivados da agricultura familiar (IBGE, 2017). Há aqui, uma relação contrária entre número de propriedades e renda produzida por elas. O mesmo é visível quando analisamos exclusivamente a produção de café. No ano de 2017, havia na Região Imediata de Alfenas 662 estabelecimentos produtores da commodity, destes, 470 (70,99%) eram cultivados por agricultores familiares. Apesar disso, foi produzido no mesmo ano 2.934 (mil reais) de café e apenas 649 (mil reais), ou seja 22,11%, foi procedente da agricultura familiar.

É na perspectiva de entender as dinâmicas do campo e sua relação com as cidades pequenas da região que iniciamos esta discussão. Não objetivamos esgotar o assunto ou pontuar nada definitivo. Porém, entender esta relação de especialização produtiva do café no Sul de Minas pode aumentar a abrangência de pensamentos sobre o objeto de estudo, enriquecendo o debate do rural brasileiro e sobre as cidades do agronegócio.

Visando entender essas dinâmicas entre o urbano e o rural nos municípios da Região Geográfica Imediata de Alfenas utilizamos duas variáveis principais de análise. Área total plantada de cada município e a área destinada ao plantio do café (Figura 1). No escopo deste artigo, nos atentamos em analisar as mudanças nas áreas destinadas ao plantio de café nos municípios desse objeto de estudo em um período de 33 anos, de 1988 à 2020. Para fins analíticos, selecionamos as cidades com população inferior a 20.000 habitantes e produzimos os dados referentes às variáveis necessárias, porém, estamos cientes que uma cidade não deva

ser considerada pequena apenas pelo seu contingente populacional, há diversas dinâmicas e particularidades que devem ser levadas em consideração ao tentar caracterizar uma cidade como pequena, ou não. Ademais, os municípios recortados possuem uma forte ruralidade em seus fixos e fluxos, advindos, majoritariamente, da produção agrícola na região. Desta forma, Alfenas, Machado e Paraguaçu não farão parte da pesquisa, o que explica a falta de dados desses municípios nos gráficos e nos mapas utilizados.

Figura 1 - Percentual de área plantada de café em relação à total: 1988 - 2020.

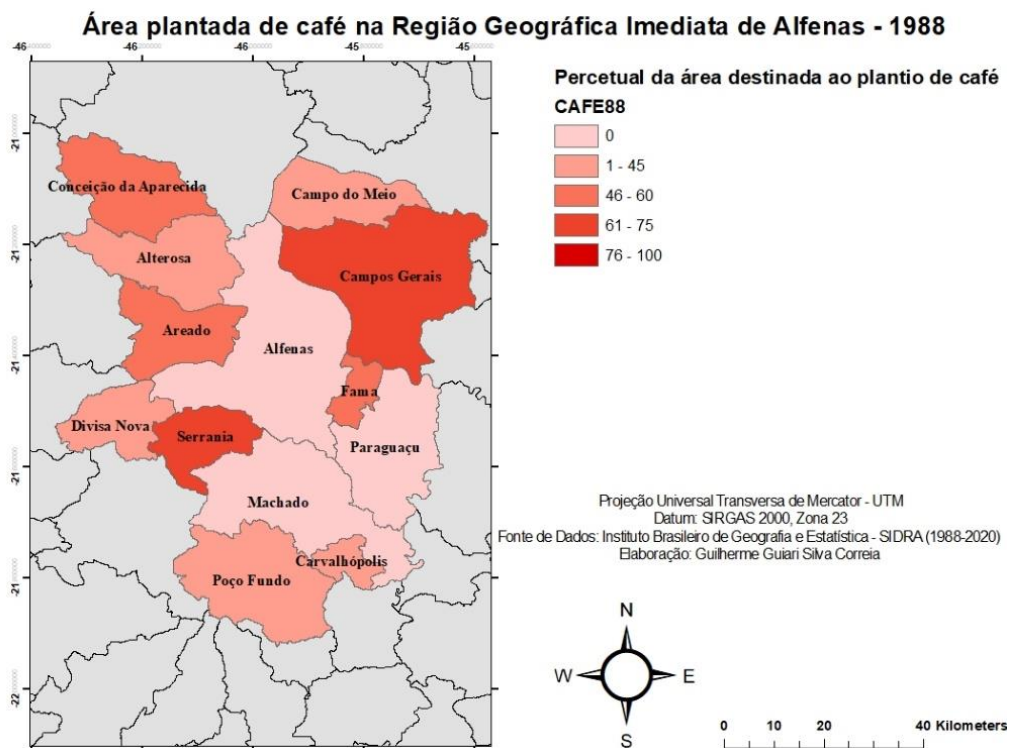


Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal – IBGE (1988-2020).

Observando o gráfico, pode-se constatar que não há uma linha retilínea entre o aumento ou diminuição das áreas de plantio de café, porém, visualiza-se que 70% dos municípios analisados obtiveram um aumento significativo na área destinada a produção de café quando se considera o ano inicial, em 1988, e o ano final, em 2020. Sendo que o maior deste aumento, em Carvalhópolis, representa cerca de 113,12%. Em 1988, eram 5 municípios com mais de 50% da área agrícola ocupada pela cafeicultura, mas nenhum desses chegavam a 70% de sua área agrícola municipal. Já em 2020, 7 municípios tem mais de 50% da área agrícola ocupada por café, sendo que 5 municípios, sendo eles Poço Fundo, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Campos Gerais e Fama tem mais de 70% da área municipal territorializada pelo café.

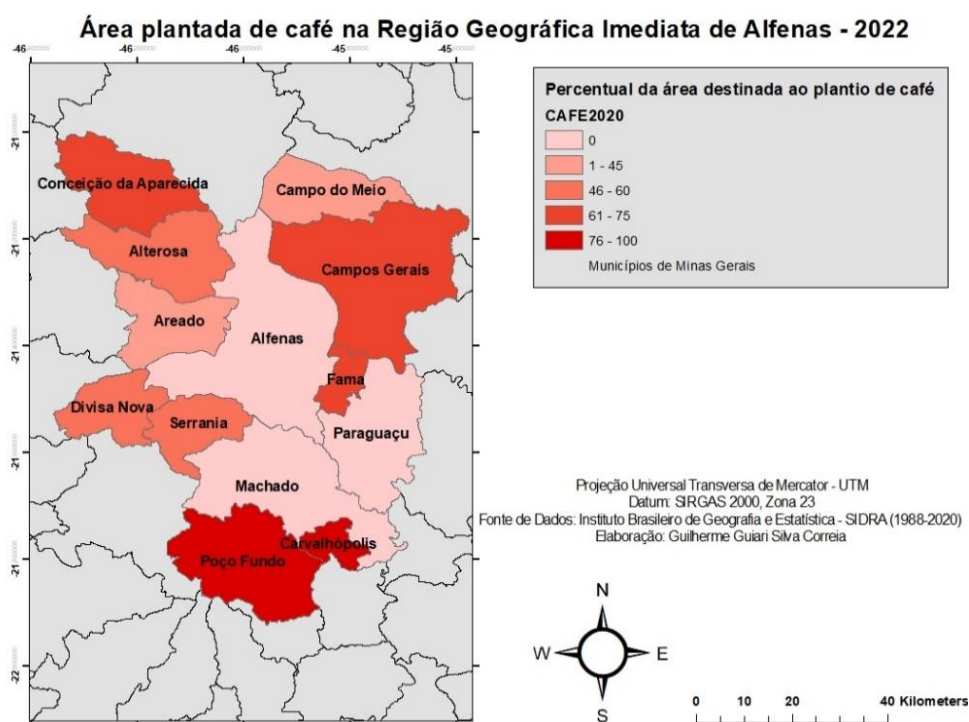
Já entre os que tiveram decréscimo, foi um percentual máximo de 19,82%, em Areado, e pouco menos de 3% em Campo do Meio e Serrania. Mesmo com as oscilações observadas através dos anos, que podem ter sido causadas por apoio financeiro, ou falta dele, clima, aspectos econômicos e mercadológicos, cotação do dólar e incontáveis outras variáveis, os municípios, em sua maioria, aumentaram a área de plantio destinada ao café, demonstrando o interesse dessa commodity para a produção regional e, conseqüentemente, para o funcionamento das cidades dessa região. Essa relação do aumento das áreas pode ser melhor vista nos mapas temáticos a seguir, que compara o percentual da área plantada de café em oposição à área total destinada aos tantos outros tipos de plantação, nos anos de 1988 (Figura 2) e 2020 (Figura 3):

Figura 2 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (1988).



Fonte: IBGE-SIDRA (1988-2020).

Figura 3 - Área percentual de cultivo de café na Região Geográfica Imediata de Alfenas – Minas Gerais, Brasil (2020).



Fonte: IBGE-SIDRA (1988-2020).

Com relação ao número de habitantes e a quantidade de território que os produtores destinam ao café, não há uma relação direta, uma vez que Poço Fundo é o segundo município, dentre os presentes no gráfico com maior população, e o que destina a maior área a este tipo de produção, à medida que Carvalhópolis vem logo em seguida considerando a área plantada, mas fica no 9º lugar entre os 10 municípios indicados com relação ao número populacional.

Esse aumento significativo na maior parte dos municípios da região Geográfica Imediata demanda algumas considerações. A produção dessa commodity vem substituindo o espaço rural, antes destinado à plantação de alimentos essenciais à vida humana. Em Carvalhópolis, por exemplo, havia em 1988, 235 hectares de área destinados ao plantio de arroz e 330 hectares para o plantio de feijão. Em 2020 a área total plantada de feijão no município foi de 125 hectares. A de arroz, por sua vez, foi extinta, não sendo destinado nenhum hectare para sua plantação (IBGE, 2020). Pensando na totalidade concreta dessa relação, ela denota, ou a expulsão dos agricultores familiares que antes plantavam esses alimentos, ou o aumento da inserção deles na cadeia produtiva agroindustrial, não excluindo a eventual relação dialética entre essas duas possibilidades. Ademais, essa diminuição na produção desses alimentos

evidencia uma alteração nos fluxos de transportes nas cidades pequenas. Muitos dos alimentos que antes eram produzidos no próprio município passam a ser importados de outras localidades gerando um aumento no preço dessas mercadorias. Diferentemente dos grandes produtores, os agricultores familiares, em sua maioria, não possuem capital o suficiente para produzir essa commodity para exportação sem auxílios de cooperativas e bancos de financiamento. Além do mais existe a problemática da segurança alimentar desses produtores, dado essa particularidade. Isso demanda, também, políticas públicas de apoio a esses pequenos produtores, filiação a cooperativas e bancos de crédito rural.

Essas questões alteram as relações entre o campo e seus produtores, assim como também precisa que a cidade se altere em favor do campo, importante fonte de renda para a região e o mercado brasileiro. É preciso a instalação de fixos que supram essa necessidade como cooperativas, bancos, armazéns, lojas de produtos agrícolas, técnicos e profissionais para o campo. Poço Fundo, que em 1988 destinava 3400 hectares (44,61% do total da área de plantação) para a plantação de café, passando para 7801 hectares (84,51% do total da área de plantação) no ano de 2020, é um bom exemplo dessa especialização produtiva e suas consequências na estrutura da cidade. Poço Fundo, segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010) é um município com população total de 15.959 habitantes, sendo destes 6.678 (41%) moradores rurais. Além dos armazéns e lojas especializadas em materiais agrícolas e insumos há, hoje, no município: A Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo (COOPFAM), Cooperativa Agropecuária de Poço Fundo (COOPFUNDO), Cooperativa de Crédito Rural do Vale do Rio Verde e a Cooperativa dos Pequenos Cafeicultores de Poço Fundo e Região (COOCAMINAS). Além de filiais da COOPAMA e do banco cooperativo SICOOB. Cabe ainda ressaltar o MOBI (Mulheres Organizadas Buscando Independência), que é um grupo de mulheres cafeicultoras que vem crescendo significativamente nos últimos anos.

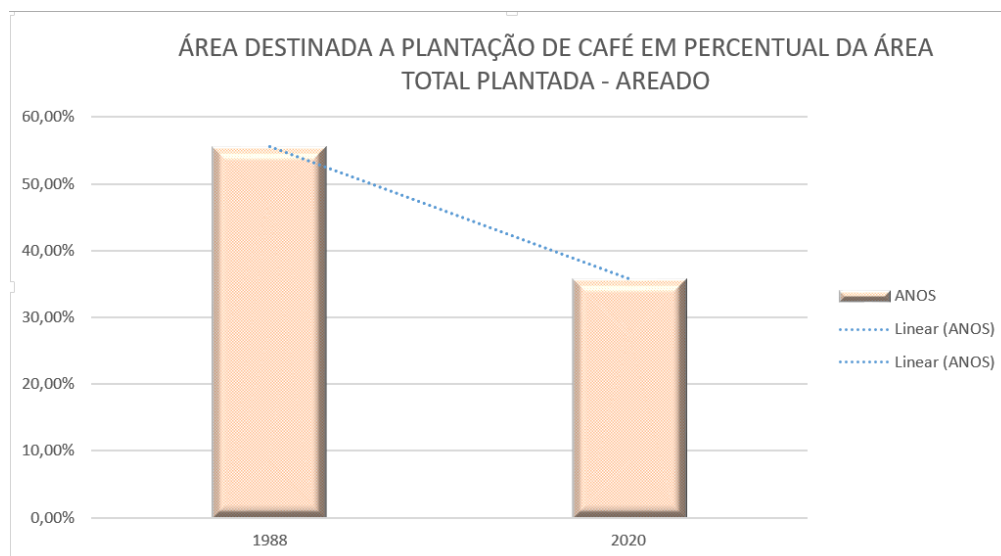
Dessa forma, a paisagem da cidade é alterada em detrimento das ruralidades consequentes do campo produtor da região. Tanto os fixos, quanto os fluxos de mercadorias são resultados e resultantes dessa especialização produtiva cafeeira do agronegócio na região, reforçando e corroborando com as particularidades das cidades rurais e do agronegócio (ALVES, 2021; ELIAS, 2007). Porém, o espaço geográfico da região também é um fator que demanda uma característica particular dos produtores no que diz respeito à colheita. A geomorfologia do Sul de Minas é caracterizada por um relevo acidentado com morros, morrotes e pequenos vales. Essa peculiaridade restringe o uso de maquinário agrícola em parte da região e demanda mão de obra humana para a colheita do café. A dinâmica demográfica, então,

também é alterada nesses pequenos municípios. Há bastante migração sazonal, além da pendular que ocorre diariamente em uma relação antagônica entre moradia e local de trabalho. No primeiro caso, trabalhadores rurais de outras regiões do país são contratados nos períodos das colheitas e retornam após o fim dela. No segundo caso, visto a importância socioeconômica do café na região, existe um grande contingente de trabalhadores rurais que residem nessas pequenas cidades, sendo o contrário, também, sinônimo. Essa relação altera tanto a demografia da região quanto na geração de empregos dos trabalhadores. Conquanto, existem problemáticas inseridas nessas relações, que pelo limite do trabalho, não poderão ser discutidas aqui, como o trabalho informal e não raro trabalhadores em situação análoga à escravidão.

A questão da mão-de-obra migrante nos períodos da colheita do café são processos constantes na organização produtiva e sociocultural da cafeicultura sul mineira. Essa mobilidade populacional gerada pela atividade agrícola, ultrapassa os limites do espaço agrário e dinamiza as cidades, sobretudo as pequenas, da região. (ALVES, 2021, p. 134).

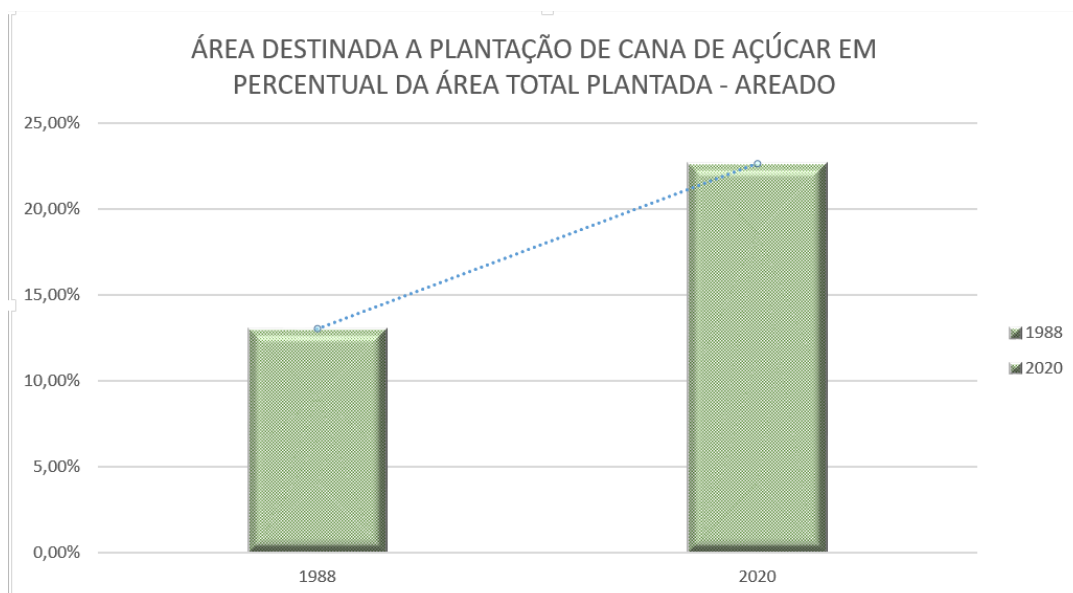
Cabe ressaltar que o único município que teve um decréscimo considerável na plantação de café, dentre os analisados, foi o de Areado. Areado, segundo o último censo, tem uma população aproximada de 13.731 habitantes. Destes, 2.206 (16%) são residentes rurais (IBGE, 2010). Aproximadamente, 55% da área total destinada à plantação, no ano de 1988, era utilizada para o plantio do café. Já no ano de 2020 esse percentual caiu para, aproximadamente, 35% (Figura 4).

Figura 4 - Área percentual de cultivo de café no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020).



Esse declínio na plantação do café no município pode ser justificado por alguns fatores. O primeiro deles diz respeito à usina açucareira Monte Alegre do grupo Adecoagro, disposta entre os municípios de Areado e Monte Belo. A empresa demanda uma grande extensão de terra para o cultivo da cana de açúcar, matéria prima para os produtos da empresa. Essa afirmação é corroborada quando analisamos os dados das áreas plantadas no município de Areado. Houve um aumento significativo na produção de cana de açúcar. Em 1988, aproximadamente 13% da área de cultivo era destinada a essa matéria prima passando para aproximadamente 22% em 2020 (Figura 5).

Figura 5 - Área percentual de cultivo de cana de açúcar no município de Areado – Minas Gerais, Brasil (1988-2020).



Fonte: IBGE-SIDRA (1988-2020).

Além do mais, muitos alimentos voltados para subsistência deixaram de ser produzidos no município. Alho, arroz, batata doce e inglesa, laranja, limão, mandioca e manga. Destacamos o arroz que, em 1988, era plantado em 280 hectares e a batata inglesa, em 274 hectares. A não produção desses alimentos deu lugar às monoculturas, que como já destacado, implica diversos danos ambientais, assim como consequências sociais e econômicas. Além do aumento na produção canavieira, mais recentemente a soja vem ocupando o território agrícola, não só do município, mas também da região. No ano de 1988 não havia hectares destinados a essa cultura. No ano de 2020, em contrapartida, a soja ocupou 1000 hectares da área plantada, representando mais de 14% da área total.

Considerações Finais

A relação rural-urbano merece destaque nos debates geográficos brasileiros. A totalidade de suas relações altera o espaço geográfico e as pessoas que estes o compõem. Se na cidade, média ou grande, o funcionamento das dinâmicas urbanas depende, em muito, do excedente agrícola, nas pequenas cidades essa relação faz-se ainda mais complexa. Onde o campo acaba e inicia-se a urbanidade? Nesses espaços, muitas vezes, as relações econômicas, sociais e culturais se misturam nesse território com um urbano repleto de ruralidades, alterando a paisagem das pequenas “cidades rurais” (ALVES, 2021). A cidade, ao “preparar-se” para atender o campo produtor demanda serviços e estruturas específicas que alteram as relações demográficas, sociais e econômicas dessas localidades, ora valorando sua centralidade, ora diminuindo sua importância econômica para a rede do agronegócio.

O café na região é um importante produto para a manutenção da economia local, implicando a necessidade de trabalhadores nas épocas de colheitas, profissionais agrônomos, institutos de pesquisa e fixos que geram empregos e renda dentro dos pequenos municípios. Contudo, não devemos ignorar a totalidade da realidade do agronegócio. A territorialização do café, expressa, principalmente, pela área destinada ao plantio dessa commodity, demanda uma alteração nas dinâmicas do campo. Se por um lado, emprega, por outro expulsa os pequenos agricultores incapazes de competir pelo acesso à terra e os obriga a residir nas pequenas cidades, aumentando o contingente populacional, o que, não raro, gera problemas sociais. A inserção dos agricultores familiares na cadeia produtiva do agronegócio, através do cultivo do café, também não se mostra uma solução ao problema. Ainda mais visto que estes, dependentes de políticas públicas e apoios financeiros, são mais afetados pelas variações nos preços e por fatores atípicos, como as geadas que ocorreram no ano de 2021, impossibilitando grande parte desses produtores de pagar suas dívidas de financiamento e encarecendo o preço do café na região e no Brasil.

Assim sendo, analisar como esse café vem territorializando-se através desses 33 anos, nos ajuda a visualizar as particularidades e as intenções do mercado regional. Não é nossa intenção, esgotar o assunto, como mencionado, mas assim abrir os horizontes e contribuir para as pesquisas urbanas e rurais desses municípios e como as consequências dessa territorialização do café afetam, não só o campo produtor e seus agentes, mas também as pequenas e médias cidades circunvizinhas, porém integradas à essas produções.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 1, n.2, p. 129-150, 2021.

ALVES, Flamarion Dutra, LINDNER, Michele. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA: Geografia em debate**. João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ALVES, Flamarion Dutra. O agronegócio do café e a territorialização no sul de Minas Gerais. *In*: ALVES, F.D. et. al (org.) **A Dimensão política no espaço: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea**. Alfenas – MG: Ed. Universidade Federal de Alfenas, 2019.

CASTILLO, Ricardo. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da ANPEGE**. Dourados, v.12, n.18, especial GT Anpege, p.265-288, 2016.

ELIAS, Denise. **Globalização e agricultura**. São Paulo: EDUSP, 2003.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente, n.33, v.1, p.5-23, jan./jul.2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *In*: STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.103-172.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, Maria Adélia A.; SANTOS, Milton. (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. Fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SOUZA, Marcos A. A hegemonia ideológica do conceito de agronegócio como modelo de desenvolvimento prioritário para o espaço agrário brasileiro: notas para um debate. **Geografia em Atos**. Presidente Prudente, n. 10, v. 03, p. 50-72, jan-abr/2019.

SOUZA, Maria Adélia A. A Geografia Renovada e a compreensão do mundo atual: teoria e método. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfnas. v. 1, n.1, p. 21-56, 2021.

Recebido em 26 de julho de 2022.
Aceito em 25 de setembro de 2022.
Publicado em 31 de outubro de 2022.